



BALANÇO CONSOLIDADO

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES DO CAPITAL PRÓPRIO DO GRUPO

E

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA

(Valores expressos em Euros)

2007

Balanco Consolidado em 31 de Dezembro de 2007 e em 31 de Dezembro de 2007

	Notas	31/12/2007	31/12/2006
ACTIVO			
Não corrente			
Activos fixos tangíveis	2.5 , 6	51.172.325	49.665.835
Activos financeiros disponíveis para venda	2.8	11.948	11.948
Activos por impostos diferidos	9	2.566.842	2.800.592
Total dos activos não correntes		53.751.115	52.478.375
Corrente			
Existências	2.10 e 10	11.890.900	10.408.021
Dividas comerciais a receber e outras	2.9 e 11	35.777.994	28.398.971
Outros activos correntes	12	128.566	233.571
Caixa e equivalentes de caixa	2.11 e 13	1.576.369	3.026.431
Total dos activos correntes		49.373.829	42.066.994
Total do activo		103.124.944	94.545.369
CAPITAL E PASSIVO			
Capital	14	15.000.000	15.000.000
Reservas e resultados transitados	15	27.085.137	24.693.922
Resultados líquidos		1.288.952	1.228.793
Total do capital próprio		43.374.089	40.922.715
Passivo não corrente			
Empréstimos bancários	16	13.868.809	14.643.565
Outras dividas a terceiros	17	1.696.485	1.631.958
Passivos por impostos diferidos	9	3.057.242	2.500.467
Provisões para outros riscos e encargos	2.13 e 18	399.886	224.386
Total dos passivos não correntes		19.022.422	19.000.376
Passivo corrente			
Empréstimos bancários	16	871.119	2.215.709
Dividas comerciais a pagar e outras	2.18 e 19	35.396.080	30.106.548
Outros passivos correntes	20	4.461.234	2.300.021
Total dos passivos correntes		40.728.433	34.622.278
Total do passivo		59.750.855	53.622.654
Total do passivo e capital próprio		103.124.944	94.545.369

**Demonstração dos Resultados Consolidados por Funções em 31 de Dezembro de 2007 e em 31 de Dezembro de 2006**

	Notas	31/12/2007	31/12/2006
Vendas e prestações de serviços	2.3,5	176.194.808	158.175.448
Custo das vendas e prestações de serviços		-156.016.130	-141.877.837
Resultados brutos		20.178.678	16.297.611
Outros proveitos e ganhos operacionais		1.281.425	3.079.505
Custos de distribuição		-9.748.839	-8.695.056
Custos administrativos		-8.175.481	-7.945.890
Outros custos e perdas operacionais		-1.173.149	-161.235
Resultados operacionais	21	2.362.634	2.574.935
Custo líquido do financiamento	23	-876.808	-481.787
Ganhos (perdas) em filiais e associadas		0	0
Ganhos (perdas) em outros investimentos		0	0
Resultados não usuais ou não frequentes		0	0
Resultados correntes		1.485.826	2.093.148
Imposto sobre resultados correntes	2.16,9	-196.874	-75.757
Resultados correntes após impostos		1.288.952	2.017.391
Resultados líquidos (operações em continuidade)		1.288.952	2.017.391
Operações descontinuadas			
Resultado líquido (operações descontinuadas)		0	-788.598
Resultados líquidos do exercício		1.288.952	1.228.793
Resultado por acção básico	24	0,088	0,083
Resultado por acção diluído	24	0,088	0,083
Nº de acções		15.000.000	15.000.000

**Demonstração das alterações do capital próprio do grupo em 31 de Dezembro de 2007**

	Capital	Reservas	Resultados Transitados	Resultados Líquidos	Total
Exercício de 2006					
Saldo em 1 de Janeiro de 2006	15.000.000	29.019.241	-4.767.579	957.714	40.209.376
Aplicação de resultado de 2005			442.260	-442.260	0
Imparidade de activos					
Resultado líquido do exercício				1.228.793	1.228.793
Dividendos				-515.454	-515.454
Saldo em 31 de Dezembro de 2006	15.000.000	29.019.241	-4.325.319	1.228.793	40.922.715
Exercício de 2007					
Saldo em 1 de Janeiro de 2007	15.000.000	29.019.241	-4.325.319	1.228.793	40.922.715
Aplicação de resultado de 2006			713.339	-713.339	0
Resultados líquidos do exercício				1.288.952	1.288.952
Dividendos				-515.454	-515.454
Actual. do justo valor de terrenos e edifícios		1.678.033			1.678.033
Outros			-157		-157
Saldo em 31 de Dezembro de 2007	15.000.000	30.697.274	-3.612.137	1.288.952	43.374.089



Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa Relativa ao Exercício de 2007

	2007	2006
Actividades operacionais		
Recebimentos de clientes	174 757 564	174 153 053
Pagamentos aos fornecedores	-152 412 207	-148 465 058
Pagamentos ao pessoal	-7 148 831	-7 230 336
Caixa gerada pelas operações	15 196 526	18 457 659
Imposto sobre o rendimento pago	-181 938	-146 723
Outros recebimentos / pagamentos relativos a actividade operacional	-10 682 954	-13 775 475
Fluxos de caixa resultantes das actividades operacionais	4 331 634	4 535 461
Actividades de investimento		
Recebimentos provenientes de:		
Investimentos Financeiros		1 000
Imobilizações corpóreas	45 103	28 550
Subsídios de investimento recebidos	196 128	77 141
Juros recebidos	153 989	47 352
Dividendos		
Pagamentos respeitantes a:		
Aquisição de empresas do grupo e associadas		
Aquisição de imobilizações corpóreas	-3 701 157	-4 470 637
Fluxos de caixa resultantes das actividades de investimento	-3 305 937	-4 316 594
Actividades de financiamento		
Recebimentos provenientes de:		
Empréstimos obtidos		2 606 398
Juros e Proveitos Similares		
Pagamentos respeitantes a:		
Empréstimos obtidos	-1 027 529	-1 213 608
Contratos de locação financeira		
Juros e custos similares	-932 875	-768 862
Dividendos	-515 355	-515 454
Fluxos de caixa resultantes das actividades de financiamento	-2 475 759	108 474
Fluxos de caixa resultantes das actividades em descontinuação	0	-4 191 960
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa	-1 450 062	-3 864 619
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	3 026 431	6 891 050
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	1 576 369	3 026 431



COMPANHIA INDUSTRIAL DE RESINAS SINTÉTICAS, CIRES, S.A.





COMPANHIA INDUSTRIAL DE RESINAS SINTÉTICAS, CIRES, S.A.



GRUPO CIRES S.A.
NOTAS ANEXAS AO BALANÇO E À
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS
(Valores expressos em Euros)

2007



1. Informação geral

A Companhia Industrial de Resinas Sintéticas, S.A. é a empresa-mãe do Grupo CIREs e está sediada em Estarreja, Portugal.

O Grupo CIREs dedica-se fundamentalmente ao fabrico de resinas de PVC, compostos vinílicos em Portugal e Espanha, e tubagens rígidas de PVC e PE.

A Sociedade foi admitida à cotação na Bolsa de Valores de Lisboa em 31/12/1986. Em 31 de Dezembro de 2007 a cotação de cada acção era de 1,67 euros.

2. Políticas contabilísticas

As políticas contabilísticas mais relevantes utilizadas na preparação das demonstrações financeiras, são apresentadas na nota 2.1.

Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados.

2.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), tal como adoptadas na União Europeia, tendo sido o exercício de 2005 o 1º exercício em que estas normas foram aplicadas. O mesmo referencial foi utilizado na preparação das demonstrações financeiras do exercício de 2007.

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com as IFRS requer o uso de algumas estimativas contabilísticas. Também requer que o órgão de gestão exerça julgamentos no processo de aplicação das políticas contabilísticas.

Em 2004, as demonstrações financeiras consolidadas da CIREs foram preparadas de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal, tendo sido efectuado um balanço de abertura em 01/01/2004 nos termos das IFRS. Em consequência as contas de 2004 foram corrigidas de acordo com a IFRS -1 “Adopção pela primeira vez das normas internacionais de relato financeiro”, sendo as opções tomadas as seguintes:

Isenções facultativas na informação retrospectiva

Concentração das actividades empresariais e perímetro de consolidação

O Grupo optou por não aplicar retrospectivamente a IFRS 3. A quantia escriturada de goodwill à data de transição após sujeição a testes de imparidade foi reduzida a zero, sendo reconhecidas perdas por imparidade, de acordo com a IAS 36, no momento da transição.

Justo valor

Os terrenos e edifícios foram avaliados por entidades independentes. Os efeitos daí decorrentes constam da nota 6.5. Os restantes activos tangíveis foram registados ao custo.

Planos de benefícios de reforma

De acordo com os PCGA anteriores, as responsabilidades por benefícios de reforma encontravam-se já registadas nas demonstrações financeiras em conformidade com a IAS 19, tendo sido adoptado o método do “corridor”.

Designação de instrumentos financeiros reconhecidos

Atenta a irrelevância dos valores em causa, a CIREs optou por esta isenção de tratamento retroactivo.

Comparativos para instrumentos financeiros

A CIREs optou por não reexpressar os seus comparativos nos termos da IAS 32 e 39, pelo que, nos comparativos, a CIREs aplicou os PCGA’s anteriores aos instrumentos financeiros e transacções de cobertura.

2.2. Bases de consolidação

Participações financeiras em empresas do grupo

Empresas do grupo são as empresas controladas pela CIRES. Existe controlo quando a CIRES tem o poder, directo ou indirecto, de dirigir as políticas financeiras e operacionais da empresa com o objectivo de influenciar benefícios resultantes da sua actividade. Presume-se que existe controlo quando a percentagem de participação é superior a 50%.

As empresas do grupo são incluídas na consolidação pelo método da consolidação integral, desde a data em que o controlo é adquirido até à data em que o mesmo efectivamente termina.

O custo de uma aquisição é medido ao justo valor dos bens, instrumentos de capital utilizados e riscos incorridos ou assumidos à data de aquisição, mais os custos directamente atribuíveis à aquisição. Bens identificáveis adquiridos e os riscos e contingências assumidos numa combinação de negócio são medidos inicialmente ao justo valor à data de aquisição, independentemente da extensão de algum interesse minoritário. O excesso do custo de aquisição relativamente ao justo valor da parcela do grupo dos bens identificáveis adquiridos é registado como goodwill. Se o custo de aquisição for inferior ao justo valor do valor líquido dos bens da subsidiária adquirida, a diferença é registada directamente na demonstração dos resultados, após reconfirmação do seu cálculo.

Saldos, transacções intra-grupo e ganhos não realizados em transacções intra-grupo são eliminados. Perdas não realizadas, são também eliminadas, excepto se a transacção revelar evidência de imparidade de um bem transferido. As políticas contabilísticas das subsidiárias são alteradas, sempre que necessário, de forma a garantir consistência com as políticas adoptadas pelo grupo.

Participações financeiras em empresas associadas

Empresas associadas são as empresas sobre as quais a CIRES exerce uma influência significativa na determinação das políticas operacionais e financeiras. Presume-se que existe influência significativa quando a percentagem de participação é superior a 20%.

Estas participações financeiras são consolidadas pelo método da equivalência patrimonial, isto é, as demonstrações financeiras consolidadas incluem o interesse do grupo no total de ganhos e perdas reconhecidos da associada, desde a data em que a influência significativa começa até à data em que efectivamente termina.

A participação do grupo relativo aos ganhos e perdas das suas associadas é reconhecida na demonstração dos resultados, e a sua parcela de movimentos de reservas pós-aquisição são reconhecidos em reservas. Os movimentos acumulados pós-aquisição são ajustados de acordo com os movimentos acumulados no investimento financeiro. Quando a participação do grupo nas perdas de uma associada iguala ou ultrapassa o seu investimento nessa associada, incluindo qualquer transacção de recebimentos não segura, o grupo deixa de reconhecer mais perdas, excepto se tiver incorrido em obrigações ou tiver efectuado pagamentos em nome da associada.

Ganhos não realizados em transacções intra-grupo e suas associadas são eliminadas na extensão da participação do grupo nas associadas. Perdas não realizadas são também eliminadas excepto se a transacção revelar evidência de imparidade de um bem transferido. As políticas contabilísticas de associadas são alteradas, sempre que necessário, de forma a garantir consistência com as políticas adoptadas pelo grupo.

Outras participações

As participações relativamente às quais o grupo não assegura uma influência significativa sobre a sua actividade, são registadas ao justo valor.

2.3. Reconhecimento do rédito

Vendas e prestação de serviços

Os proveitos decorrentes das vendas são reconhecidos na demonstração dos resultados quando os riscos e vantagens inerentes à posse dos activos vendidos são transferidos para o comprador. Os proveitos associados com a prestação de serviços são reconhecidos na demonstração dos resultados quando prestados.

O valor do rédito compreende o justo valor das vendas e prestações de serviços, líquido de impostos, descontos e abatimentos, de acordo com os seguintes critérios de reconhecimento:

a) Venda de produtos

O reconhecimento da venda de produtos ocorre aquando da aceitação dos mesmos pelo cliente e desde que a recuperação do crédito esteja naturalmente assegurada.

b) Prestação de serviços

As prestações de serviços são reconhecidas tendo por referência a relação entre o serviço prestado e o total do serviço a prestar.

Subsídios

Os subsídios só são reconhecidos quando recebidos ou após existir segurança de que a empresa cumprirá as condições a eles associadas.

Os subsídios ao investimento são reconhecidos como passivo não corrente. O proveito subjacente é reconhecido ao longo da vida útil do activo através da transferência para resultados do valor proporcional às respectivas amortizações.

Custo líquido de financiamento

O custo líquido de financiamento representa essencialmente juros de empréstimos obtidos deduzidos de juros de aplicações financeiras e ganhos e perdas cambiais.

Os custos líquidos de financiamento são reconhecidos em resultados numa base de acréscimo durante o período a que dizem respeito.

2.4. Saldos em moeda estrangeira

Os activos e passivos monetários expressos em moeda diferente do euro e não cobertos, são convertidos à taxa de câmbio em vigor à data do balanço, sendo reconhecidas as diferenças de câmbio resultantes, como resultado do exercício. Relativamente aos activos cobertos ver nota 3.2.

2.5 Activos fixos tangíveis

Os terrenos e edifícios estão registados ao justo valor pelo método do valor corrente de mercado. O valor bruto dos bens e as respectivas amortizações acumuladas são substituídos pelo seu justo valor.

As restantes imobilizações são registadas ao custo de aquisição, líquido das respectivas amortizações acumuladas e de perdas de imparidade (ver nota 2.12).

Os aumentos resultantes da avaliação dos terrenos e edifícios são creditados directamente ao capital próprio numa conta de reservas (excedente de revalorização). As diminuições de revalorização são debitadas directamente contra qualquer excedente de revalorização relatado até ao ponto em que a diminuição não exceda a quantia escriturada nas reservas respeitante ao mesmo activo. Todas as outras diminuições são reconhecidas como um gasto.

Custos subsequentes são incluídos na quantia escriturada do bem ou reconhecidos como activos separados, quando for provável que benefícios económicos futuros, que excedam o nível de desempenho originalmente avaliado do activo existente, fluirão para a empresa e o custo do activo para a empresa possa ser mensurado com fiabilidade. Todos os outros dispêndios subsequentes são reconhecidos como um gasto no período em que sejam incorridos.

Amortizações

As amortizações são calculadas, sobre os valores de aquisição ou justo valor, conforme o caso, pelo método das quotas constantes, com imputação duodecimal. As taxas anuais aplicadas reflectem satisfatoriamente a vida útil económica dos bens.

As vidas úteis médias estimadas são como segue:

	Anos
Edifícios e outras construções	25
Equipamento básico	14-20
Equipamento de transporte	8
Equipamento administrativo	8

Os ganhos ou perdas provenientes da retirada ou alienação de um elemento do activo fixo tangível são determinados pela diferença entre os proveitos líquidos estimados das alienações e a quantia escriturada do activo, e são reconhecidos na demonstração de resultados. Quando são alienados bens reavaliados, o montante incluído em outras reservas é transferido para resultados transitados.

2.6. Contratos de locação

Os contratos de locação relativamente aos quais o grupo assume substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do activo locado são classificados como locações financeiras.

Os activos adquiridos em locação financeira são amortizados de acordo com a política estabelecida pelo grupo para as imobilizações corpóreas.

2.7. Activos intangíveis

Os activos intangíveis são registados pelo custo de aquisição, deduzido das amortizações acumuladas e de perdas de imparidade (ver nota 2.12).

Despesas de investigação e desenvolvimento

As despesas de investigação, efectuadas na procura de novos conhecimentos técnicos ou científicos ou na busca de soluções alternativas, são reconhecidas em resultados quando incorridas.

As despesas de desenvolvimento são capitalizadas quando for demonstrável a exequibilidade técnica do produto ou processo em desenvolvimento e o grupo tiver intenção e capacidade de completar o seu desenvolvimento e iniciar a sua comercialização ou o seu uso.

Os diversos projectos de investigação e desenvolvimento em curso na empresa foram registados em custos correntes por se considerar não estarem cumpridos todos os quesitos previstos na IAS 38.

2.8. Investimentos Financeiros

Os investimentos financeiros são classificados em 4 categorias: activos financeiros ao justo valor, empréstimos concedidos, investimentos detidos até à maturidade e activos financeiros detidos para venda.

a) Activos financeiros ao justo valor

Um activo financeiro é classificado nesta categoria quando adquirido com o propósito de venda no curto prazo. Os instrumentos financeiros derivados são também classificados nesta categoria quando detidos para “trading” e desde que não tenham sido designados de cobertura.



b) Empréstimos concedidos

Correspondem a activos financeiros não derivados que apresentam datas fixas ou determinados movimentos de fluxos que não estão cotados no mercado.

c) Investimentos detidos até à maturidade

Correspondem aos activos financeiros não derivados relativamente aos quais a gestão tem a intenção e a capacidade de os deter até à maturidade e são valorizados ao justo valor.

d) Activos financeiros disponíveis para venda

Correspondem aos activos financeiros não derivados que não estão incluídos em nenhuma das categorias anteriores e são valorizados ao justo valor.

2.9. Dívidas comerciais a receber e outras

Os saldos de clientes e devedores são contabilizados pelo valor nominal, deduzido de qualquer perda de imparidade (ver nota 11).

2.10. Existências

As existências são valorizadas ao menor do custo ou do valor realizável líquido. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda deduzido dos custos de comercialização e venda (nota 10).

As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo, são valorizadas ao custo de aquisição, acrescido de todos os outros custos e despesas até à sua entrada em armazém.

O método de custeio das saídas de existências é o custo médio ponderado.

2.11. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes incluem numerário, depósitos à ordem e aplicações de tesouraria, bem como investimentos de elevada liquidez e maturidades inferiores a 3 meses. Os descobertos bancários são apresentados em conjunto com os empréstimos obtidos de curto prazo (nota 13).

2.12. Imparidade

Os activos que não têm uma vida útil definida não estão sujeitos a amortização, mas estão sujeitos a testes de imparidade anuais. Para aqueles que, tendo uma vida útil definida e estão sujeitos a amortizações, realizam-se também testes de imparidade sempre que as circunstâncias se alteram e o valor pelo qual se encontra escriturado possa não ser recuperável. Uma perda por imparidade é a quantia pelo qual o valor escriturado de um activo excede o seu valor recuperável. A quantia recuperável é a mais alta de entre o preço de venda líquido de um activo (justo valor deduzidos dos custos de venda) e o seu valor de uso.

Para a realização de testes de imparidade, os activos são agrupados aos mais baixos níveis e identificados separadamente como unidades geradoras de fluxos de caixa (UGC).

No caso dos activos tangíveis, cada fábrica foi identificada como sendo uma unidade geradora de caixa. Uma unidade geradora de caixa (UGC) é o grupo mais pequeno de activos que gera influxos de caixa provenientes do uso continuado, e são em larga medida independentes dos influxos de caixa de outros activos ou grupos de activos.

À data de transição e até 31 de Dezembro de 2005, foram identificados os activos tangíveis, intangíveis e activos disponíveis para venda, que se encontravam em imparidade, sendo relevados em conformidade. As alterações ocorridas em 2007 são relatadas na nota 6.

2.13. Provisões

São constituídas provisões no balanço sempre que ocorra uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um acontecimento passado e sempre que seja provável que uma diminuição, razoavelmente estimável, de recursos incorporando benefícios económicos será exigido para liquidar essa obrigação.

a) Reestruturação

Uma provisão para reestruturação é relevada após aprovação formal de uma operação de reestruturação e esta tenha sido iniciada ou tornada pública. Os custos operacionais são considerados no valor da provisão.

b) Contratos onerosos

Uma provisão para contratos onerosos é reconhecida quando os benefícios expectáveis da consecução do contrato são inferiores aos custos decorrentes da obrigação impostos por este.

2.14. Benefícios dos empregados

O grupo dispõe de dois planos de pensões, um plano de contribuição definida e um plano de benefícios definidos, ambos geridos por uma companhia de seguros. No caso do plano de benefícios definidos os pagamentos são efectuados de acordo com as necessidades do fundo determinadas por estudos actuariais. As contribuições para o plano de contribuição definida correspondem no mínimo a 1% da massa salarial (nota 22 e nota 25).

É reconhecido um activo ou passivo pela diferença entre o valor das responsabilidades do plano de benefícios definidos e o valor do respectivo fundo.

A empresa adoptou a política de “corridor”, na contabilização do fundo de benefícios definidos.

2.15. Especialização de exercícios

Os proveitos e os custos são registados de acordo com o pressuposto do acréscimo, pelo qual as receitas e despesas são reconhecidas na medida em que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas, são registadas no balanço consolidado nas rubricas outros activos correntes e outros passivos correntes, respectivamente.

2.16. Impostos sobre os lucros

O imposto sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis do grupo consolidado fiscal e considera a tributação diferida.

O imposto diferido é calculado, com base no método da responsabilidade de balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos activos e passivos e a respectiva base de tributação.

A base tributável dos activos e passivos é determinada de forma a reflectir as consequências de tributação decorrentes da forma como a empresa espera, à data do balanço, recuperar ou liquidar a quantia escriturada dos seus activos e passivos.

Para a determinação do imposto diferido é utilizada a taxa em vigor à data de balanço, ou a taxa que esteja já aprovada para utilização futura.

São reconhecidos impostos diferidos activos sempre que existe razoável segurança de que serão gerados lucros futuros contra os quais os activos poderão ser utilizados. Os impostos diferidos activos são revistos anualmente e reduzidos sempre que deixe de ser provável que os mesmos possam ser utilizados (nota 9).

2.17. Relato por segmentos

Segmento de negócio ou segmento primário

Constitui segmento de negócio o grupo de activos e operações destinadas ao fornecimento de produtos e serviços sujeitos aos mesmos riscos e retornos, que são distintos dos outros.

São autonomizados três segmentos de negócios relatáveis, sendo eles as Resinas, Compostos de PVC e Outros (nota 5).

Segmento geográfico ou segmento secundário

Segmento geográfico é uma área individualizada do grupo comprometida em prover produtos ou serviços dentro de um ambiente económico particular e que está sujeito a riscos e retornos que são diferentes de outras áreas que operam em outros ambientes económicos. São autonomizados 2 segmentos geográficos: Península ibérica e outros mercados (nota 5).

2.18. Dividas comerciais a pagar e outras

Os saldos correntes de fornecedores e outros credores são registados pelo seu valor nominal.

2.19. Comparabilidade

A comparabilidade das demonstrações financeiras encontram-se afectada pela perda registada em 2006 relacionada com a actividade da filial Soplasnor, entretanto alienada em 2006.

Até 31/12/2006 a venda de energia por parte da subsidiária Bamiso, encontrava-se registada em outros ganhos operacionais, no entanto em 2007, por se considerar mais correcta, foi efectuado o registo e apresentação destas transações na rubrica de vendas e prestação de serviços. Como consequência as vendas em 2007 apresentam-se superiores em 4 milhões de euros.

3. Gestão de Riscos

A actividade da CIRES está exposta a diferentes factores de riscos financeiros: risco de mercado (inclui risco cambial e risco da taxa de juro), risco de crédito e risco de liquidez.

3.1. Factores de risco

(i) Risco cambial

O risco cambial está presente em algumas compras e vendas em US dólares. As empresas do Grupo, sempre que possível, procuram compensar os *inflows* e *outflows* denominados na mesma divisa. Em situações de risco cambial o Grupo recorre a instrumentos financeiros de cobertura, disponíveis no mercado, designadamente *forwards* (nota 8). Como regra geral, não são contratados derivados cambiais com propósito especulativo ou de trading. As empresas do Grupo usam o euro como moeda funcional nas suas demonstrações financeiras.

(ii) Risco da taxa de juro

O risco da taxa de juro decorre dos financiamentos de MLP a taxa variável. A exposição ao risco de taxa de juro está associado ao risco de variação da taxa de juro do euro, uma vez que a dívida está denominada em euros. As empresas do Grupo não adoptam, como política geral, a cobertura do risco de variação de taxas de juro por recurso a instrumentos financeiros derivados, fazendo-o em situações que considerem económica e financeiramente adequadas. A actividade do Grupo desenvolve-se maioritariamente na zona do euro, sendo os seu ciclos positivamente correlacionados com os ciclos da economia em geral, dada a natureza de *commodity* do PVC. Pelo seu lado, o risco de variação de taxa de juro do euro está intimamente associado aos níveis de actividade económica e da inflação, existindo uma correlação positiva entre os factores geradores de crescimento económico, indutores da subida da inflação e da taxa de juro do euro, e os que impulsionam o crescimento da actividade operacional da Grupo e induzem o aumento do cash flow operacional. Potencia-se, assim, um efeito de compensação resultante do cash flow gerado, líquido de juros, que em conjuntura económica recessiva é expectável que igualmente se verifique, mas em sentido oposto.

(iii) Risco de crédito

O risco de crédito resulta essencialmente do crédito concedido a clientes relacionado com a actividade operacional. A gestão de risco de crédito tem por objectivo garantir a cobrança efectiva dos clientes conforme as condições negociadas. Os procedimentos em vigor asseguram a implementação de mecanismos de aprovação de crédito realizada por uma estrutura de colaboradores - na qual se inclui a comissão de crédito - dedicada à gestão do crédito e cobranças. Os limites de crédito são estabelecidos e monitorizados tendo por base os plafonds de seguro de crédito, recorrendo às informações de *rating* sempre que necessário.

São detidos igualmente activos financeiros sobre instituições financeiras, designadamente depósitos bancários, investimentos e derivados financeiros, que constituem exposição ao risco associada ao risco de incumprimento das Instituições Financeiras sendo, em geral, diversificada e limitada no tempo.

(iv) Risco de liquidez

A gestão do risco de liquidez tem por objectivo garantir as disponibilidades e o financiamento necessários à actividade operacional e ao cumprimento atempado das obrigações devidas. A gestão da liquidez é assegurada através do planeamento financeiro que compreende a contratação, atempada, de facilidades de crédito permanentes e com maturidades de curto, médio ou longo prazos, ajustadas à previsão de *cash flow* resultante das actividades de exploração e de investimento.

3.2. Derivados e instrumentos de cobertura

O método de reconhecimento dos ganhos e perdas depende de se tratar ou não de derivados designados como instrumentos de cobertura e, nesse caso, da natureza dos activos correntes.

Os justos valores dos instrumentos financeiros derivados considerados de cobertura são apresentados na nota 8.

As variações no justo valor dos instrumentos de derivados que não se qualificam como de cobertura são reconhecidos directamente na demonstração dos resultados.

O grupo utiliza instrumentos financeiros derivados com o objectivo de gerir os riscos financeiros a que se encontra sujeita. Sempre que as expectativas de evolução de taxas de juro e de câmbio o justifiquem, o grupo procura contratar operações de protecção contra movimentos adversos com efeitos nos activos, passivos ou compromissos financeiros assumidos, através de instrumentos derivados disponíveis no mercado. Na selecção de instrumentos financeiros derivados são essencialmente valorizados os aspectos económicos dos mesmos.

As operações que qualifiquem como instrumentos de cobertura em relações de cobertura de fluxo de caixa são registadas no balanço pelo seu justo valor. Na medida em que sejam consideradas coberturas eficazes, as variações no justo valor são inicialmente registadas por contrapartida de capitais próprios e posteriormente reclassificadas para a rubrica de custos.

Desta forma e em termos líquidos, os custos associados aos itens cobertos são periodificados à taxa inerente à operação de cobertura contratada.

Apesar de os derivados contratados pelo grupo corresponderem a instrumentos eficazes na cobertura económica de riscos podem, em determinadas circunstâncias, não qualificar como instrumento de cobertura contabilística de acordo com os requisitos do IAS 39. Neste caso, são registados no balanço pelo seu justo valor e as variações no mesmo são reconhecidas em resultados.

Sempre que possível, o justo valor dos derivados é estimado com base em instrumentos cotados. Na ausência de preços de mercado, o justo valor dos derivados é estimado através do método dos fluxos de caixa descontados e modelos de valorização, de acordo com pressupostos geralmente utilizados no mercado.

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados encontra-se incluído nas rubricas de valores a receber correntes e de valores a pagar correntes.

4. Estimativas e julgamentos

As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência e outros factores, designadamente, em eventos futuros em que se acredita ser expectável virem a ocorrer de acordo com as circunstâncias actuais.

Em concreto as situações em apreço relacionam-se fundamentalmente com a determinação da imparidade dos activos tangíveis e intangíveis.

5. Informação por segmentos

Considera-se que o segmento primário é o segmento de negócio:

	Resinas	Compostos	Outros	Total	Eliminações	Consolidado
Réditos						
Vendas externas e prestações de serviços	137 413 708	34 767 729	4 013 371	176 194 808		
Vendas inter-segmentais	20 020 299	10 275 933	2 852 443	33 148 675	33 148 675	
Réditos totais	157 434 007	45 043 662	6 865 814	209 343 483	33 148 675	176 194 808
Resultados						
Resultados operacionais	1 778 226	567 932	16 476	2 362 634		2 362 634
Custos/proveitos financeiros	(815 579)	(60 917)	(312)	(876 808)		(876 808)
Imposto sobre lucros	(259 476)	66 592	(3 990)	(196 874)		(196 874)
Resultados de actividades ordinárias	703 171	573 607	12 174	1 288 952		1 288 952
Resultado líquido do exercício	703 171	573 607	12 174	1 288 952		1 288 952
Outras informações						
Activos do segmento	96 745 767	27 089 908	3 757 590	127 593 265	(24 468 321)	103 124 944
Investimentos em associadas	(12 697 315)	(18 954)	0	(12 716 269)		
Activos não imputáveis (eliminação)	(4 963 416)	(3 862 055)	(2 926 581)	(11 752 052)		
Activos totais consolidados	79 085 036	23 208 899	831 009	103 124 944		103 124 944
Passivos do segmento brutos	55 586 480	11 677 355	4 239 072	71 502 907	(11 752 052)	59 750 855
Passivos da emp. não imputáveis (eliminação)	(5 571 943)	(6 180 109)	0	(11 752 052)		
Passivos totais consolidados	50 014 537	5 497 246	4 239 072	59 750 855		59 750 855
Dispêndios de capital fixo	118 190 665	23 722 227	7 256 982	149 169 874		149 169 874
Depreciações	76 277 341	17 206 848	4 513 360	97 997 549		97 997 549
Outros gastos não desembolsados	399 886	0	0	399 886		399 886

As informações relativas ao segmento secundário são as seguintes:

Vendas e prestações de serviços

Segmento Secundário	31/12/2007	31/12/2006
Península ibérica	154 296 716	137 965 243
Outros	21 898 092	20 210 205
Total	176 194 808	158 175 448

A totalidade dos activos e investimentos efectuados situam-se na península ibérica.

6. Activos fixos tangíveis

6.1. Movimentos ocorridos no exercício

Imobilizações Corpóreas	Saldo Inicial	Aquisições	Avaliações	Alienações/ Abates	Transf./ Ajust.	Saldo Final
Terrenos e recursos naturais	6 694 273	0	(254 371)	0	0	6 439 902
Edif. e outras construções	20 346 472	370 758	1 426 139	0	31 926	22 175 295
Equipamento básico	110 992 946	1 794 870	0	34 707	1 830 267	114 652 790
Equipamento de transporte	1 980 622	228 956	0	(188 479)	0	2 021 099
Ferramentas e utensílios	131 729	13 126	0	(10 537)	0	134 318
Equipamento administrativo	1 400 919	58 183	0	(72 317)	71 967	1 458 752
Taras e vasilhame	10 675	0	0	0	0	10 675
Outras imob. corpóreas	939 238	34 384	0	0	20 485	994 107
Imobilizações em curso	2 296 482	931 607	0	0	(1 954 646)	1 273 444
Adiant.p/conta imob.corpóreas	29 760	3 851	0	0	(24 120)	9 491
Total	144 823 116	3 435 735	1 171 768	(236 625)	(24 120)	149 169 874

Amortizações e Perdas por Imparidade	Saldo Inicial	Aumentos	Avaliações	Regularizações	Saldo Final
Terrenos e recursos naturais	35 186	0	0	0	35 186
Edifícios e outras construções	10 526 085	498 858	(1 111 272)	0	9 913 671
Equipamento básico	81 724 575	3 255 536	0	37 885	85 017 996
Equipamento de transporte	1 328 821	179 052	0	(151 385)	1 356 488
Ferramentas e utensílios	95 727	12 442	0	(10 330)	97 839
Equipamento administrativo	907 519	111 611	0	(72 317)	946 813
Taras e vasilhame	10 445	230	0	0	10 675
Outras imobilizações corpóreas	528 922	89 959	0	0	618 881
Total	95 157 280	4 147 688	(1 111 272)	(196 147)	97 997 549

Conforme referido na nota 2.5 o valor bruto e as amortizações acumuladas dos terrenos e edifícios foram substituídos pelo justo valor resultante da avaliação.

Imobilizações Corpóreas	31/12/2007	31/12/2006
Activo bruto	149 169 874	144 823 115
Amortização acumulada	97 997 549	95 157 280
Valor líquido	51 172 325	49 665 835

À data de transição para IFRS e a 31 de Dezembro de 2004, foram identificados os activos tangíveis e intangíveis que se encontravam em imparidade, sendo relevados em conformidade.

Os equipamentos básicos, afecto ao E-PVC no valor bruto de 3 084 mil euros (valor líquido de 2 498 mil euros) foram considerados em imparidade.

Não ocorreram alterações do desempenho desses activos, nem foram diagnosticadas novas situações que justifiquem alterações no final do exercício de 2007.

O valor em uso da instalação do E-PVC foi avaliado pelo método do cash-flow descontado tendo sido considerados os seguintes pressupostos:

- Taxa de inflação de 2%
- Taxa de actualização de 10,04%

- Período de análise: 5 anos incluindo valor residual

6.2. Equipamento em regime de locação financeira

O grupo detém diverso equipamento sob o regime de locação financeira. No final do contrato, o grupo poderá exercer a opção de compra desse equipamento a um preço inferior ao valor de mercado. Os pagamentos de locação financeira não incluem qualquer valor referente a rendas contingentes. As responsabilidades ainda não liquidadas relativas a contratos de locação estão registadas em fornecedores de imobilizado.

O valor líquido, por classe de imobilizado, dos bens adquiridos em regime de locação financeira, é a seguinte:

Locação Financeira	31/12/2007	31/12/2006
Equipamento de transporte	273 491	56 673

6.3. Garantias

Não existem activos dados em garantia de obrigações bancárias ou outras.

6.4. Imobilizado corpóreo em curso, incluindo adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas:

Imobilizações em Curso	31/12/2007	31/12/2006
Área industrial	1 049 034	2 152 447
Área da segurança	76 317	0
Área administrativa	0	0
Área ambiental	0	1 713
Outros	157 584	172 081
Total	1 282 935	2 326 241

6.5. Reavaliações

Conforme se refere na nota 2.1, os terrenos e edifícios e outras construções, na data de transição para IFRS, foram reavaliados de forma a fazer reflectir o justo valor, sendo de seguida apresentados os respectivos efeitos históricos (valores antes de impostos diferidos)

Quadro de avaliação na data de transição:

Imobilizações Corpóreas	Valor Avaliação	Efeito da Reserva
Terrenos	6 659 087	4 272 624
Edifícios e outras construções	9 820 387	4 291 196
Total	16 479 474	8 563 820

Em 31/12/2007, dando conformidade aos requisitos dos normativos, foi efectuada por peritos independentes nova avaliação para a classe de terrenos, edifícios e outras construções por forma a reflectir o justo valor dos bens. Os efeitos no grupo são os seguintes:

Imobilizações Corpóreas	Valor Avaliação	Efeito da Reserva no Exercício	Efeito da Reserva Acumulada
Terrenos	6 404 716	(186 964)	4 085 660
Edifícios e outras construções	12 261 624	1 864 998	6 156 194
Total	18 666 340	1 678 034	10 241 854

No exercício foram registados 605 mil euros impostos diferidos passivos resultantes da actualização do justo valor dos terrenos e edifícios.

7. Empresas do grupo incluídas na consolidação

Em 31 de Dezembro de 2007 as empresas do grupo são as seguintes:

Empresas do Grupo	Sede	2007 = 2006
		% Capital
Previnil – Empresa Preparadora de Compostos Vinílicos, S.A	Vila Franca de Xira	100%
CYGSA – Compuestos e Granzas, S.A	Mendávia – Espanha	100%
Bamiso – Produção e Serviços Energéticos, S.A	Estarreja	100%
Sociprev – Soc. de Mediação de Seguros, Lda	Estarreja	100%

As percentagens de participação nas sociedades referidas consubstanciam-se em idêntica percentagem de direitos de voto.

Todas as sociedades foram incluídas pelo método de consolidação integral, excepto a Sociprev (que foi excluída por imaterialidade).

8. Instrumentos financeiros e derivados

Decorrente da política de cobertura de risco cambial a CIRES tinha em carteira a 31 de Dezembro de 2007 os seguintes instrumentos financeiros (valores em milhares de euros/ milhares de US dólares consoante indicado):

Designação	Montante/ Divisa (milhares de USD)	Contravalor ao câmbio contratado (milhares euros)	Contravalor ao Câmbio em 31/12/2007 (milhares euros)	Justo Valor (milhares de euros)
Fx Forward	2 700	1 838	1 838	0

9. Impostos sobre os lucros

9.1. Impostos diferidos activos e passivos reconhecidos

As diferenças temporárias que se consubstanciam em activos e passivos por impostos diferidos são as seguintes:

I Diferenças temporárias que originaram activos por impostos diferidos	31/12/2007	31/12/2006
Provisões não aceites fiscalmente	483 895	308 395
Prejuízos fiscais	4 778 004	5 778 202
Crédito fiscal à investigação e desenvolvimento	1 208 962	824 102
Desreconhecimento de activos	974 196	1 267 062
Reconhecimento de imparidade de activos corpóreos	2 554 381	2 805 843
Total I	9 999 438	10 983 604
II Diferenças temporárias que originam passivos por impostos diferidos		
Avaliação de activos imobilizados - terrenos/edifícios	11 509 292	9 415 721
Total II	11 509 292	9 415 721
Activos por impostos diferidos	2 566 842	2 800 592
Passivos por impostos diferidos	3 057 242	2 500 467

De acordo com os planos existentes para os próximos anos, os impostos diferidos activos serão recuperados dentro do período de report fiscal.

9.2. Reconhecimento do custo com o imposto do exercício

	31/12/2007	31/12/2006
I Imposto do exercício	196 874	75 757
II Gastos (proveitos) de impostos do exercício reconhecidos como impostos diferidos proveniente de:		
Origem em diferenças temporárias - provisões não aceites	(46 507)	69 397
Aumento de activo por impostos diferidos - prejuízos fiscais	250 050	(1 290 000)
Aumento dos impostos diferidos - crédito fiscal à I&D	(101 988)	(99 227)
Redução de activos por impostos diferidos	144 247	1 182 610
Efeito da taxa nos impostos diferidos activos	0	272 437
Efeitos da realização da reserva de reavaliação	(42 232)	(274 459)
Efeito relativo à tributação no Estado de Navarra (filial CYGSA)	(41 651)	0
Total II	(161 918)	(139 242)
III Gastos (proveitos) de impostos não reconhecidos anteriormente	0	0
IV Imposto diferido (II – III)	(161 918)	(139 242)
V Imposto corrente (I – IV)	34 956	214 999

9.3. Reconciliação do imposto

	31/12/2007
Resultados e outras variações patrimoniais antes de impostos	1 485 826
Taxa nominal de imposto	26,5%
Imposto do exercício à taxa nominal	393 744
Ganhos relativos à tributação no Estado de Navarra (filial CYGSA)	(173 339)
Outros	(23 531)
Imposto sobre o rendimento	196 874

10. Existências

A decomposição das existências é a seguinte:

Existências	31/12/2007	31/12/2006
Mercadorias	0	0
Matérias primas	5 690 021	4 716 040
Produtos acabados	6 415 103	5 862 640
Sub Total	12 105 124	10 578 680
Provisão para perdas por imparidade	(214 224)	(170 659)
Total	11 890 900	10 408 021

11. Dívidas comerciais a receber e outras

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

Dívidas Comerciais a Receber e Outras	31/12/2007	31/12/2006
Dívidas de clientes	35 222 523	26 011 343
Provisão para imparidade de contas a receber	(1 524 312)	(1 373 255)
Dívidas ao estado	1 229 506	2 497 522
Outras dívidas de terceiros	850 277	1 263 361
Total	35 777 994	28 398 971

12. Outros activos correntes

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

Outros Activos Correntes	31/12/2007	31/12/2006
Acréscimos de proveitos	80 460	22 920
Custos diferidos	48 106	210 651
Total	128 566	233 571

13. Caixa e equivalentes de caixa

Os saldos que compõem esta rubrica são os seguintes:

Caixa e equivalentes de caixa	31/12/2007	31/12/2006
Outras aplicações de tesouraria	162 000	312 000
Depósitos à ordem	1 405 212	2 701 919
Caixa	9 157	12 512
Total	1 576 369	3 026 431

14. Capital

O Capital autorizado está representado por 15.000.000 de acções escriturais, com o valor nominal unitário de 1 euro e está integralmente subscrito e realizado.

No final do exercício de 2007, eram as seguintes as entidades que detinham mais de 20% do capital social da Empresa:

Accionistas	Quantidade	Valor Nominal	% Capital
Poymers Holding, B.V.	3 934 725	3 934 725	26,23%
Shin Etsu Int. (Europe) BV	3 911 220	3 911 220	26,07%
Mitsui & Co. Europe PLC *	2 535 260	2 535 260	16,90%
Mitsui & Co. Portugal, Lda *	1 219 545	1 219 545	8,13%
Mitsui & Co. Ltd (Japan) *	156 420	156 420	1,04%

* As empresas referidas têm individualmente participação inferior a 20%, mas integram o grupo Mitsui cuja participação ascende a 26,07%.

15. Reservas e Resultados Transitados

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

Rubricas	Saldo em 01/01/2007	Aplicação de Resultados	Outras variações	Dividendos	Saldo em 31/12/2007
Acções próprias	(603 116)				(603 116)
Prémio emissão Acções	10 398 789				10 398 789
Reservas legais	1 798 748	58 125			1 856 873
Reservas reavaliação	13 792 422		1 678 070		15 470 492
Reservas acções próprias	603 116				603 116
Outras reservas	3 070 574				3 070 574
Resultados transitados	(4 366 611)	1 170 515		(515 454)	(3 711 550)
Total	24 693 922	1 228 640	1 678 070	(515 454)	27 085 175

16.

Empréstimos bancários

Os empréstimos bancários são exigíveis como segue:

Empréstimos Bancários	31/12/2007	31/12/2006
Curto prazo	871 119	2 215 709
Médio e longo prazo	13 868 809	14 643 565
Total	14 739 928	16 859 274

A exigibilidade da dívida de médio e longo prazo é a seguinte:

Anos	31/12/2007	31/12/2006
>1 e < 2 anos	356 151	3 361 045
>2 e < 7 anos	13 512 658	11 282 520
Total	13 868 809	14 643 565

Os empréstimos bancários estão, na sua totalidade, denominados em euros e vencem juros às taxas de mercado. O montante de 13 868 809 inclui 13 milhões de euros que dizem respeito à emissão de um contrato programa de papel comercial, com garantia de subscrição assinado em Dezembro de 2005, por um período de 7 anos, estando as actuais emissões sujeitas a uma taxa média de juro de 4,868%.

17. Outras dívidas a terceiros não correntes

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

Outras Dívidas a Terceiros Não Correntes	31/12/2007	31/12/2006
Proveitos diferidos - subsídios ao investimento	1 246 419	1 600 928
Proveitos diferidos - outros	285 758	31 030
Fornecedores de imobilizado	164 308	0
Total	1 696 485	1 631 958

Conforme descrito na nota 2.3 o valor dos subsídios ao investimento no montante de cerca de 1 246 mil euros, encontra-se registado como passivo não corrente.

O grupo registou no exercício de 2007 em outros proveitos e ganhos operacionais o montante de 354 010 euros relativo à quota-parte de subsídios atribuídos ao investimento. Os subsídios atribuídos e ainda não integrados em resultados são detalhados como se segue:

Designação	Âmbito	Montante Investido	Subsídios Atribuídos	Transf. p^a Resultados		Saldo
				Exercícios Anteriores	Exercício	Proveitos Diferidos
Pipeline	PEDIP	4 670 609	2 568 834	2 548 982	19 852	0
Cogeração Energia	SIURE	865 324	80 825	36 771	2 021	42 433
Projecto MP 3	PEDIP II	16 862 037	5 636 940	4 260 866	316 665	1 059 409
Util. Racional Energia .	DGE	206 976	86 017	53 331	4 344	28 342
Retex - Man. Condicionada	DGI	231 746	109 634	109 634	0	0
Cogeração Energia	SIURE	3 902 040	430 957	303 594	11 128	116 235
Total		26 738 732	8 913 207	7 312 778	354 010	1 246 419

18. Provisões para outros riscos e encargos

Refere-se a provisões constituídas para riscos específicos identificados, sendo objecto de reapreciação anual. Inclui, essencialmente, a provisão para fazer face aos benefícios complementares a atribuir aos administradores da empresa, aprovados na assembleia geral de 27 de Março de 1997 e reformulados na assembleia geral de 29 de Março de 2001. As normas aprovadas visam atribuir, sob certas condições, uma compensação aos administradores decorrente da limitação legal nos descontos para a segurança social no exercício das respectivas funções.

Os movimentos nesta rubrica foram os seguintes:

Movimentos da Provisão	31/12/2007	31/12/2006
Valor inicial da provisão	224 386	418 500
Pagamento	0	(418 500)
Provisão - beneficio complementares aos administradores	175 500	175 500
Provisão - outras contingências	0	48 886
Saldos no final do período	399 886	224 386

19. Dívidas comerciais a pagar e outras

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

Dívidas Comerciais a Pagar e Outras	31/12/2007	31/12/2006
Fornecedores	33 494 847	26 600 953
Fornecedores imobilizado	455 659	1 063 151
Dívidas ao estado	619 669	365 634
Outras dívidas a terceiros	825 905	2 076 810
Total	35 396 080	30 106 548

20. Outros passivos correntes

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

Outros Passivos Correntes	31/12/2007	31/12/2006
Encargos com remunerações	1 462 357	1 015 724
Estimativas para rappel	153 791	267 357
Especialização - transportes, seguros	548 864	175 745
Outros	2 296 222	841 198
Total	4 461 234	2 300 021

21. Proveitos e despesas operacionais por natureza

O total dos proveitos e das despesas operacionais é o seguinte:

Proveitos e Resultados Operacionais	31/12/2007	31/12/2006
Vendas e prestações de serviços	176 194 808	158 175 448
Resultados operacionais	(2 362 634)	(2 574 935)
Total	173 832 174	155 600 513

Despesas e Perdas Operacionais	31/12/2007	31/12/2006
Amortizações do período (nota 6)	4 147 688	3 982 779
Custos com o pessoal (nota 22)	11 081 811	10 634 458
Variação de produção	(549 228)	(1 727 768)
Custos existências vendidas e mat. consumidas	141 357 362	129 379 367
Transportes comissões seg. crédito e descontos pronto pagamento	8 417 881	7 128 790
Electricidade	3 430 929	2 912 723
Manutenção, segurança industriais, segurança/ambiente	2 738 877	2 562 817
Outros (deduzido de outros proveitos e ganhos operacionais)	3 206 854	727 347
Total	173 832 174	155 600 513

22. Custos com o pessoal

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

Custos com Pessoal	31/12/2007	31/12/2006
Ordenados e salários	8 102 548	7 780 828
Segurança social	1 594 741	1 545 763
Fundo de Pensões	390 134	120 000
Outros	994 388	1 187 867
Total	11 081 811	10 634 458

Os outros custos com o pessoal englobam seguros de acidentes de trabalho, seguros de doença e vida, acção social, formação e benefícios complementares a atribuir aos administradores da empresa (nota 18)

O número médio de empregados no grupo durante o exercício de 2007 ascendeu a 213. Em 31/12/2006 foi de 217 o número de funcionários no grupo.

23. Custos liquido de financiamento

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

Ganhos e Perdas Financeiras	31/12/2007	31/12/2006
Juros suportados	953 578	815 181
Juros obtidos	(72 719)	(146 893)
Perdas/(Ganhos) conversão cambial	27 323	(81 031)
Outros	(31 374)	(105 470)
Total	876 808	481 787

24. Resultado por acção

O cálculo do resultado por acção baseia-se no resultado líquido atribuído aos accionistas e no número médio ponderado de acções em circulação no período. Devido à inexistência de acções potenciais os resultados por acção básico e diluído são iguais.

Resultado por Acção	31/12/2007	31/12/2006
Nº acções	15 000 000	15 000 000
Nº acções próprias (detidas pela CIRE)	272 755	272 755
Nº acções com direito a dividendo	14 727 245	14 727 245
Resultado líquido	1 288 952	1 228 793
Resultado líquido por acção (básico)	0.088	0.083
Resultado líquido por acção (diluído)	0.088	0.083

25. Benefícios de Reforma

Fundo de pensões Grupo CIRE, S.A.

O fundo abrange os trabalhadores e os administradores com salário pensionável. Financia um plano de contribuição definida (CD) cujo valor no fim do período ascende a 3 990 781– que engloba a maioria dos beneficiários – e um plano de benefícios definidos (BD) que abrange os trabalhadores com mais de 60 anos à data de 31 de Dezembro de 2002 que não optaram pelo plano de contribuição definida, e também as situações de reforma por invalidez (nota 2.14).

O fundo de pensões nas condições prevista no contrato constitutivo publicado na III série do DR nº 79 de 3 de Abril de 2003, assegura, em qualquer dos planos BD e CD, o pagamento de um complemento de reforma por invalidez aos participantes com um mínimo de 5 anos de serviço na empresa, determinado de acordo com a formula estabelecida no plano de BD para o cálculo da pensão de reforma por invalidez. No plano CD o valor acumulado no fundo e as futuras contribuições da empresa, são um direito adquirido do trabalhador desde que se verifiquem as condições de elegibilidade, nomeadamente ter 10 ou mais anos de tempo de serviço nos associados, transferível para a sua propriedade quando da reforma por idade, de acordo com o estabelecido na lei dos benefícios fiscais.

Os estudos actuariais elaborados pela PensõesGere reportados a 31 de Dezembro de 2006 e a 31 de Dezembro de 2007 assentaram, nos seguintes pressupostos e bases técnicas:

- * Taxa de rendimento do fundo de 4.75%
- * Taxa esperada de crescimento Salarial de 2.75%
- * Taxa de crescimento das pensões de 0%
- * Rendimento considerado nas rendas vitalícias imediatas de 4%
- * Tábua de mortalidade GKF 80
- * Tábua de invalidez EKV 80

Relativamente ao plano de BD, segundo os estudos actuariais, os movimentos, situação do fundo e responsabilidades à data de 31 de Dezembro de 2007, resumem-se como se segue:

Fundo de Pensões	Cires	Previnil	Bamiso	Total
Valor presente da obrigação ben. definidos - início exercício	1 176 543	100 718	0	1 277 261
(-) Benefícios pagos pelo fundo de pensões	(113 975)	(28 320)	0	(142 295)
(+) Custo dos serviços correntes	41 299	13 729	3 059	58 087
(+) Custo dos juros	47 708	4 500	143	52 351
(+) Ganhos e perdas actuariais	31 408	45 471	(3 202)	73 677
(+) Custo dos serviços passados - alteração do plano	0	0	0	0
1. Valor presente da obrigação ben. definidos estimados para o fim do exercício de 2007	1 182 983	136 097	0	1 319 080
Valor do fundo no início do exercício	1 129 570	101 527	398	1 231 495
(+) Adicional de rentabilidade	0	0	0	0
(+) Contribuição efectuada do ano	153 404	41 527	0	194 931
(-) Transferência	0	0	0	0
(-) Benefícios pagos pelo fundo de pensões	(113 975)	(28 320)	0	(142 295)
(+) Retorno real dos activos do plano	44 547	16	14	44 577
(-) Afectação dos activos do fundo ao financ. plano CD	0	0	0	0
2. Valor do fundo no final do exercício estimado	1 213 546	114 749	412	1 328 707
Saldo Actuarial (2-1)	30 563	(21 348)	412	9 627

Durante o exercício de 2007 foi contabilizado em custos com o pessoal – fundo de pensões 390 388, dos quais 86 361 respeita ao plano de benefício definido.

26. Compromissos de capital

Os compromissos assumidos pelo grupo em 31 de Dezembro de 2007 para aquisição de imobilizações corpóreas ascendem a 217 milhares de euros. Não existem compromissos para a compra de participações financeiras.

27. Contingências

Não existem litígios em que o grupo CIRES esteja envolvido à data de 31 de Dezembro de 2007.

28. Garantias prestadas

Em 31 de Dezembro de 2007 existiam garantias bancárias prestadas por conta da empresa a favor das seguintes entidades:

Entidades	31/12/2007	31/12/2006
Alfândega	3 744 172	3 464 172
EDP	396 018	396 018
Outras a favor de diversos	49 512	178 640
Ministério do trabalho	6 395	6 395

29. Partes relacionadas

29.1. Controlo do grupo

As transacções efectuadas com accionistas durante o período foram as seguintes:

Transacções com Empresas Accionistas	31/12/2007	31/12/2006
Compras	89 643 350	100 988 109
Vendas	4 052 133	2 920 944
Outros	854 968	911 763

29.2. Transacções com administradores

Não existem transacções com administradores.

29.3. Remunerações dos administradores

No grupo de empresas da CIRES assumem funções de administração, além dos administradores da CIRES, outros trabalhadores do grupo.

As remunerações globalmente atribuídas a todos os administradores e aos restantes elementos que compõem os órgãos sociais foram as seguintes:

Remunerações dos Órgãos Sociais	31/12/2007	31/12/2006
Conselho de administração	1 263 102	1 411 311
Conselho fiscal	50 807	0
Fiscal único/ ROC	80 607	80 400
Assembleia geral	4 750	4 500
Secretário sociedade	18 000	18 000
Total	1 417 266	1 514 211

30. Eventos subsequentes à data do balanço

Não existem eventos subsequentes à data do balanço que possam ter impacto material nas demonstrações financeiras.

31. Informações exigidas por diplomas legais

a) Na sequência da candidatura ao Sistema de Incentivos Fiscais à Investigação e Desenvolvimento Empresarial (Lei 40/2005) foi dado diferimento pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior à constituição de um crédito fiscal de 101 694,32 ao IRC de 2006.

Para o exercício de 2007 a empresa registou nas suas demonstrações financeiras imposto diferido activo no montante de cerca de 95 000 relativo ao previsível crédito fiscal à Investigação e Desenvolvimento Empresarial.

b) Informação sobre matérias ambientais

A síntese de investimentos de carácter ambiental concluídos e/ou em curso, assim como os dispêndios ambientais de carácter corrente imputados a resultados, ambos durante o exercício de 2007, podem ser apresentados da seguinte forma:

Natureza dos Dispêndios	Área	31/12/2007	31/12/2006
Investimento - adaptação de instalações tecnologias integradas	Redução de emissões atmosféricas	0	272 371
	Gestão de águas residuais	18 756	53 124
Dispêndios ambientais correntes imputados a resultados	Sistema gestão ambiental -ISO 14001	26 030	51 401
	Controlo de emissões atmosféricas	6 827	23 906
	Gestão de águas residuais	397 243	370 174
	Gestão de resíduos, remoção e reciclagem	163 419	210 058

Outras considerações:

- Os critérios de mensuração utilizados foram o custo de aquisição;
- Não foram atribuídos quaisquer incentivos públicos para os investimentos supra mencionados;
- Não existem passivos de carácter ambiental que não estejam incluídos nas demonstrações financeiras, assim como não são conhecidos passivos contingentes associados;
- Não ocorreram durante o período, não conformidades relevantes que tivessem origens em questões ambientais.

c) Informação sobre direitos de emissão de gases com efeito de estufa CO₂

Foram atribuídas nos termos do despacho conjunto nº 686-E/2005 à subsidiária Bamiso- Produção e Serviços Energéticos, S.A, cuja principal actividade se centra na cogeração de energia eléctrica, licenças de emissão de gases com efeito de estufa (CO₂) para o triénio 2005 a 2007.

As licenças de emissão de CO₂ utilizadas no exercício de 2007 correspondem a 57 945 ton , não resultando contudo efeito no resultado do grupo.

Os direitos atribuídos e a movimentação das licenças de CO₂, encontram-se apresentadas no quadro seguinte:

Movimento das licenças de CO ₂	Quantidades (ton de CO ₂)	Valor (€) (Cotação CO ₂ em Dez.2007)
Licenças atribuídas para o período de 2005 - 2007	63 778/ano	
Licenças utilizadas no ano de 2005	55 134	
Crédito de Licenças de CO ₂ de 2005	8 644	
Licenças utilizadas no ano de 2006	56 304	
Crédito de licenças de CO ₂ de 2006	7 474	
Licenças utilizadas no ano de 2007	57 945	
Crédito de licenças de CO ₂ de 2005 - 2007	21 951	439

Estarreja, 12 de Março de 2008

O Conselho de Administração

Ricardo Manuel Simões Bayão Horta

Luís Alberto Moura de Sousa Montelobo

Rogério Abrantes Batista Pratas

Toshiaki Maruyama

Takashi Kitahara

Christopher Edward Tane



PricewaterhouseCoopers
& Associados - Sociedade de
Revisores Oficiais de Contas, Lda.
o'Porto Bessa Leite Complex
Rua António Bessa Leite, 1430 - 5º
4150-074 Porto
Portugal
Tel +351 225 433 000
Fax +351 225 433 499

Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a Informação Financeira Consolidada

Introdução

1 Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a informação financeira contida no Relatório Único de Gestão e nas demonstrações financeiras consolidadas anexas da **Companhia Industrial de Resinas Sintéticas, CIRES, SA.**, as quais compreendem o Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2007, (que evidencia um total de 103.124.944 euros e um total de capital próprio de 43.374.089 euros, e um resultado líquido de 1.288.952 euros), a Demonstração consolidada dos resultados por funções, a Demonstração de alterações no capital próprio consolidado e a Demonstração consolidada dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2 É da responsabilidade do Conselho de Administração da Empresa (i) a preparação do Relatório Único de gestão e de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos de caixa consolidados; (ii) que a informação financeira histórica seja preparada de acordo com as normas internacionais de relato financeiro (IFRS) tal como adoptadas na União Europeia e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (iii) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados; (iv) a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados; e (v) a divulgação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a actividade do conjunto das empresas incluídas na consolidação, a sua posição financeira ou resultados.

3 A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, designadamente sobre se é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.



PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1050 - 217 Lisboa
Matriculada na Conservatória do Registo Comercial sob o nº 506 628 752 (ex nº. 11912)

Inscrita na lista dos Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183
NIPC 506 628 752 Capital Social Euros 245.500
Inscrita na Comissão de Valores Mobiliários sob o nº 9077



Companhia Industrial de Resinas Sintéticas, CIRES, SA.

Âmbito

4 O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas não contêm distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu: (i) a verificação de as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e, para os casos significativos em que o não tenham sido, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação; (ii) verificação das operações de consolidação e da aplicação do método da equivalência patrimonial; (iii) a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; (iv) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; (v) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas; e (vi) a apreciação se a informação financeira consolidada é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

5 O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira consolidada constante do Relatório Único de Gestão com os restantes documentos de prestação de contas.

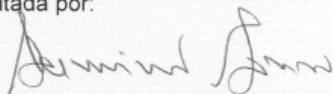
6 Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7 Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada da **Companhia Industrial de Resinas Sintéticas, CIRES, SA.** em 31 de Dezembro de 2007, as alterações no capital próprio consolidado, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos consolidados de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com as normas internacionais de relato financeiro (IFRS) tal como adoptadas na União Europeia e a informação nelas constante é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Porto, 14 de Março de 2008

PricewaterhouseCoopers & Associados, S.R.O.C., Lda.
representada por:



Hermínio António Paulos Afonso, R.O.C.

(2)